



MUNICÍPIO DE PRESIDENTE OLEGÁRIO

PROCURADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO

Pça Dr. Castilho nº 10, Centro, Presidente Olegário – MG – CEP: 38750-000
procuradoria@po.mg.gov.br / assessoriajuridica@po.mg.gov.br

PARECER JURÍDICO

Pregão: 067/2018

Processo: 000097/2018

Referência: Recurso em face de itens do Edital

Recorrente: Mais Eucalipto LTDA – ME – CNPJ 20.297.455/0001-28

Objeto: Registro de preços para futura e eventual aquisição de peças de madeira diversas e outros itens, para atender as necessidades dos setores deste Município.

Trata-se da análise de Recurso apresentado pela empresa **Mais Eucalipto LTDA, CNPJ 20.297.455/0001-28**, apresentada após a sessão de abertura de propostas e documentação, ocorrida em 13 de setembro de 2018.

Pela empresa **Rosilene Vieira Lopes EPP, CNPJ 10.279.430/0001-48** foi apresentada as Contrarrazões em face do referido recurso.

DOS PLEITOS

A Recorrente manifesta contrariedade quanto aos itens 2, 3 e 4 das Disposições Preliminares do Edital que rege o certame uma vez que os referidos itens restringem o caráter competitivo do certame e ferem o princípio da isonomia.

Por outro lado, a empresa que apresentou as contrarrazões requer que o recurso interposto seja julgado improcedente e que seja dada continuidade ao certame.

DA TEMPESTIVIDADE

Nos termos previstos na Lei 10.520/2002, o prazo para oposição de recurso após a fase de julgamento das propostas é o seguinte:

Art. 4º A fase externa do pregão será iniciada com a convocação dos interessados e observará as seguintes regras:

XVIII - declarado o vencedor, qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer, quando lhe será concedido o prazo de 3 (três) dias para apresentação das razões do recurso, ficando os demais licitantes desde logo intimados para apresentar contrarrazões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos;

No mesmo sentido é o Decreto Municipal nº 319/2016, que assim dispõe:

*Art. 8º A fase externa do **pregão** será iniciada com a convocação dos interessados e observará as seguintes regras:*

XXI – declarado o vencedor, qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer, quando lhe será concedido o prazo de 3 (três) dias para apresentação das razões do recurso, ficando os demais licitantes desde logo intimados para apresentar contrarrazões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos;

Sendo assim, verifica-se que o prazo de recurso previsto nas normas que regem o pregão presencial é de 3 (três) dias corridos.

No entanto, na sessão em que o Recorrente apresentou a sua intenção de recorrer o Pregoeiro lhe concedeu 3 (três) dias úteis, e, portanto, esse é o prazo que deve ser considerado.

Tendo em vista que a sessão ocorreu dia 13 de setembro de 2018 (quinta-feira), oportunidade em que o Recorrente manifestou a intenção de recorrer devidamente lançada na ata, e que as razões recursais foram apresentadas dia 18 de setembro de 2018 (terça-feira) verifica-se que o prazo de 03 (três) dias úteis foi observado, devendo as razões recursais serem consideradas tempestivas.

DA APRECIÇÃO

A Recorrente apresentou o presente recurso após o pregoeiro declarar os vencedores do certame para cada item licitado, apresentando como motivação do recurso a contrariedade com alguns itens do Edital.

Decorre das razões recursais o fato de que a Recorrente não preenchia o requisito estabelecido no edital de estar sediada no raio de 30 km, o que a impediu de participar dos lances de alguns itens, só sendo possível a participação daqueles em que não compareceram no mínimo de 3 (três) interessados em ofertar lances.

Em sede de contrarrazões foi alegado que o momento oportuno para questionamento quanto aos itens do Edital é quando o mesmo é publicado o que não ocorreu e por isso teria o Recorrente aceitado as regras do certame. Por esse motivo o Recurso em análise não mereceria prosperar.

Analisando o procedimento, verifica-se que assiste razão a empresa Rosilene Vieira Lopes, pois o momento oportuno para que o Recorrente questionasse o Edital já foi superado, quando decorreu o prazo para impugnação (art. 9º do Decreto Municipal nº 319/2006).

Essa fase do procedimento oportuniza apenas que os participantes se insurja quanto aos aspectos atinentes às propostas ou quanto à (in)habilitação de quaisquer das licitantes.

Não há plausibilidade de se esperar o curso de todo um certame para só agora surgir o questionamento quanto ao Edital. Isso seria muito mais prejudicial para a Administração Pública, que teria que cancelar todos os atos praticados até o momento, e voltar a fase de publicação do Edital, apenas para satisfazer uma contrariedade da Recorrente.

A única hipótese de haver revogação dos atos posteriores ao Edital seria se esse estivesse eivado de alguma nulidade, o que não é o caso. O ponto questionado pela Recorrente está fundamentado em lei e devidamente justificado, não havendo fundamento legal que respalde a Administração Municipal de adotar o posicionamento solicitado pela Recorrente.

Vejamos o posicionamento do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais quanto ao tema no Processo 887734 :

EMENTA: CONSULTA – ESTATUTO NACIONAL DE MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE – TRATAMENTO DIFERENCIADO E FAVORECIDO NAS CONTRATAÇÕES PÚBLICAS – HIPÓTESES EM QUE A LEI PROÍBE O TRATAMENTO DIFERENCIADO – ART. 49 DA LC N. 123/2006 – ALCANCE DA EXPRESSÃO "REGIONALMENTE", PARA FINS DO ART. 49, INCISO II, DA LEI COMPLEMENTAR N. 123/2006 – DELIMITAÇÃO E DEFINIÇÃO EM CONFORMIDADE COM AS PECULIARIDADES DO OBJETO LICITADO, NECESSARIAMENTE JUSTIFICADO – OBSERVÂNCIA DO PRINCÍPIO DA RAZOABILIDADE E DO DISPOSTO NO ART. 47 DA LEI COMPLEMENTAR N. 123/2006.

a) O alcance da expressão "regionalmente", para fins do art. 49, inciso II, da Lei Complementar n. 123/06, deve ser delimitado, definido e justificado pela própria Administração, no âmbito de cada procedimento licitatório.

b) Quando da delimitação e da definição, o Administrador deverá demonstrar, motivadamente, que foram levados em consideração as particularidades do objeto licitado, bem como o princípio da razoabilidade e os objetivos do tratamento diferenciado dispensado às MEs e EPPs, previstos no art. 47 da Lei Complementar n. 123/06¹.

De qualquer forma, não podemos deixar de mencionar que o Edital prevê a possibilidade de abertura do procedimento caso não compareça no mínimo 03 (três) fornecedores competitivos. Vejamos:

¹ Disponível em: <<http://tcjuris.tce.mg.gov.br/Home/BaixarArquivoArq?arquivo=416210>>. Acesso em: 05 nov. 2017.

3. Em consonância com o inciso II, art. 49 da LC 123/06 e com o fundamento no princípio da celeridade que visa à simplificação dos procedimentos licitatórios, se não houver um mínimo de 03 (três) fornecedores competitivos enquadrados como ME ou EPP sediados no local ou regionalmente e capazes de cumprir as exigências estabelecidas no Edital e ainda se a proposta não for a mais vantajosa para a Administração Pública, após concedidos os benefícios às MPE's, os itens terão destinação à ampla concorrência, situação em que poderá ser utilizado o mecanismo do empate ficto, ou seja, serão protocolados os envelopes de todas as empresas que tenham interesse em participar deste certame.

Essa postura inclusive foi adotada, para os itens que não houve pelo menos três ofertas, propiciando o Recorrente de apresentar as suas propostas, tendo, inclusive sido declarado vencedor em 1 (um) item, conforme a Ata de Abertura das Propostas e Documentação.

CONCLUSÃO:

Diante do exposto, mediante os fatos e razões apontadas, respeitados os preceitos e normas das Leis Federais 8.666/93 e 10.520/02 e suas alterações posteriores, esta Procuradoria Jurídica, entende pela **Improcedência do Pedido** por ter precluído o prazo para impugnação do Edital, bem como por não possuir no referido instrumento nulidade que justifique a sua alteração.

Este é o parecer s.m.j.

Presidente Olegário/MG, 24 de setembro de 2018.


Amely Maria de Almeida Pinheiro
Procuradora Municipal
OAB/MG 128.148


Valdeir Antônio Roque
Assessor Jurídico
OAB/MG 143.243

Gracielle de Souza Pinheiro
Estagiária-Procuradoria - Mat.6205


Steffany Barbara Silva
Estagiária-Procuradoria - Mat.6207